

Ata nº 2/2024 – Sessão Ordinária de dezanove de abril de 2024

-----Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra à senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** -----

-----Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: -----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento (Partido Socialista);-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata);-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata).-----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foram substituídos os seguintes membros: -----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho foi substituído por Erminda Maria Alves Muro;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Hugo Miguel Nunes Gonçalves.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento justificou a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado a justificação. Referiu ainda que também o senhor Vice-Presidente justificou a sua ausência.-----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que abril é o Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância (MPMTI). Informou ainda que a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) lançou, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o desafio de levarem a cabo, durante o mês em curso, algumas iniciativas no âmbito das comemorações do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância. Neste sentido, foi proposto pela senhora Presidente da CPCJ de Góis a distribuição de um postal e um laço azul pelos membros do órgão

deliberativo, estando presentes nesta sessão alguns elementos da CPCJ para procederem à entrega do referido material de forma a assinalar a data e a sensibilizar para esta questão. Realçou o facto de a Assembleia Municipal ter alguma responsabilidade no trabalho feito pela CPCJ porquanto são designados, em sede de Assembleia Municipal, quatro elementos para integrarem a modalidade alargada da CPCJ, colaborando sempre que somos solicitados para esse mesmo efeito. De seguida, deu a palavra à senhora Presidente da CPCJ para se pronunciar sobre as ações que têm sido feitas no âmbito da Prevenção dos Maus Tratos na Infância.-----

-----A senhora Dr.ª Marta Garcia agradeceu na pessoa da senhora Presidente à Assembleia Municipal pela recetividade do órgão deliberativo em se associar a esta ação, dando conhecimento da génese do símbolo “laço azul” que deu mote à campanha simbolizada pelo Laço Azul onde anualmente se realizam numerosas ações de prevenção contra os maus-tratos. De igual modo sensibilizou os presentes para que quando entenderem que devem comunicar alguma situação menos boa sobre uma criança/jovem que a sinalizem à CPCJ, podendo ser a mesma anónima, para que se possa atuar no imediato de forma a que a criança ou jovem não seja vitimizada.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu todo o trabalho desenvolvido localmente pela CPCJ com o intuito de prevenir, mas também de proteger as nossas crianças e jovens, numa ótica de respeito dos seus direitos e também o seu supremo interesse. Reiterou o convite dirigido pela senhora Presidente da CPCJ para que transmitam a mensagem desta campanha e que também quando algo corre menos bem possam alertar junto da CPCJ para que esta possa intervir.----

-----Havendo “quórum”, foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. Aprovação da Ata nº 1/2024;-----
- 2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----
- 3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

- 1. Discussão e votação da proposta de Regimento Conselho Municipal de Saúde-----
- 2. Eleição de Presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do município/ alínea c), do nº 1, do artigo 4º do Regimento Conselho Municipal de Saúde-----
- 3. Conhecimento e votação da Prestação de Contas Individuais/ano 2023-----
- 4. Conhecimento do Relatório e parecer do órgão de fiscalização e certificação legal de

contas/ano 2023-----

-----5. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais - Ano 2024 – Comunicação periódica----

-----6. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº1/2024**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº6/2023.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, Erminda Maria Alves Muro e Hugo Miguel Nunes Gonçalves não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal-----

-----Contudo, deu conhecimento da comunicação remetida à Assembleia Municipal pelo Montanha Clube da Lousã relativamente aos excelentes resultados alcançados pela atleta Patrícia Isabel Carvalho Martins, residente em Góis, judoca do Montanha Clube na Lousã, a qual no dia 07.04.24 foi condecorada com a medalha de Bronze na categoria de -63kg, no Campeonato Nacional de Sub 23, tendo obtido o mesmo resultado no Campeonato Nacional Universitário, realizado do dia 08.04.24, provas realizadas em Viseu. Em seu nome pessoal e da Assembleia Municipal felicitou a jovem pelas vitórias alcançadas fazendo votos que tanto na sua vida pessoal, como desportiva consiga alcançar

todos os objetivos a que propõe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus fez alusão à intervenção que algumas estradas necessitam na freguesia que preside nomeadamente a estrada de acesso à Foz da Cova, por ter sido interpelado por um munícipe e por se tratar de uma questão que se prolonga há bastante no tempo, bem como o largo principal desta aldeia, o acesso ao cemitério em Carvalhal de Sapo, o acesso desde a sede da União Progressiva do Colmeal ao Sr. da Amargura, e também o interior da aldeia do Colmeal, questionando igualmente qual a previsão para o início das obras no Poceirão, realçando o seu desejo, juntamente com os Compartes, em reunir com a Câmara Municipal para arranjar uma solução adequada para a zona a montante do Poceirão.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação às questões sobre a pavimentação de algumas estradas referiu que é sabido as necessidades existentes no concelho, informando que, no dia de hoje, assinou o procedimento para aquisição de massa betuminosa, referindo que apesar de ser desígnio da Câmara Municipal atender a todas as necessidades ao nível de pavimentações, não será possível, no imediato, pelo simples facto de não haver meios financeiros, sendo que será dada prioridade aos casos que mais carecem de intervenção. Em relação ao Poceirão informou que o contrato para a respetiva empreitada já foi celebrado pelo que espera que brevemente a obra se inicie, estando disponível para reunir com os Compartes e com o Executivo da União de Freguesias.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão perguntou se é intenção do Município de Góis estabelecer, ou, se já estabeleceu, um protocolo com a Comunidade Local dos Baldios do Colmeal, caso este já tenha sido celebrado questionou quais as obras em plano. Referiu que a sua questão se consubstancia no facto de, em reunião da referida Comunidade, ter sido aprovado um orçamento para o ano de 2024, presentemente revisto, constando no documento um montante de 52.000,00€ disponível para investir em parceria com as Autarquias locais. -----

-----De seguida referiu ser do seu conhecimento e, naturalmente, de muitos encarregados de educação, que dentro dos espaços escolares verifica-se o uso excessivo, por parte dos alunos, dos dispositivos móveis para se divertirem, socializar ou aliviar o tédio, realidade motivo de preocupação.

Apesar de entender não ser um assunto em que a Câmara Municipal possa diretamente intervir é uma situação bastante preocupante porquanto prejudica a saúde mental das crianças e jovens, entendendo que deveria ser posto em prática um plano de forma a inverter esta situação. Nesse sentido, lançou o repto para que seja promovida uma ação de sensibilização em parceria com algumas entidades para que todos tenham conhecimento que o uso, em demasia, dos telemóveis pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, além de causar dificuldades de autorregulação e autocontrole.-----

-----O senhor Presidente em relação à primeira questão referiu que não foi celebrado qualquer protocolo estando a Câmara Municipal disponível para conversações nesse sentido porquanto é importante a colaboração em investimentos que sejam do interesse das populações. Em relação à segunda questão entende que a partir do momento em que os pais permitem o uso de telemóvel devem estar conscientes da importância de estarem envolvidos no uso que os seus filhos fazem desses aparelhos, bem como de todas as consequências que daí possam advir. Pelo que se os encarregados de educação não estabelecerem regras adequadas para o uso destes aparelhos a escola terá grande dificuldade em contrariar o uso do telemóvel, uma vez que deve ser um princípio, previamente, estabelecido junto da família para que quando se verificar a proibição do uso deste equipamento, dentro do recinto escolar, os pais não venham contrariar uma regra imposta. Entende que neste assunto a Associação de Pais e Encarregados de Educação deve ter um papel importante, porém poderá contactar a senhora diretora do Agrupamento e sensibilizar para esta temática no sentido de ter conhecimento se poderá ser feita alguma atuação, reforçando o papel primordial dos pais no uso excessivo dos telemóveis.-----

-----A senhora Dulce Maria Filipe Cruz fez alusão à participação do Município de Góis, no stand da CIM RC, na Bolsa de Turismo de Lisboa onde foram apresentadas algumas ações promotoras de Góis, como a Páscoa dos Sabores, felicitando a realização do vídeo promocional no qual todos puderam conhecer um pouco dos usos e tradições do nosso concelho. Destacou o facto de o Município de Góis ter sido o anfitrião das Comemorações, na Sub-região de Coimbra, do Dia Internacional da Proteção Civil em 2024, numa parceria com o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra e com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tendo sido levado a efeito um vasto e diversificado programa dirigido a todas as faixas etárias. Referiu ainda que com estas atividades a Proteção Civil objetiva alertar e sensibilizar para a importância da proteção civil na salvaguarda da vida humana, da propriedade e do património cultural e ambiental, face à ocorrência de acidentes graves

e catástrofes e o papel preventivo de cada um de nós. Ainda sobre ações fez referência à ação de voluntariado “Reflorestação em Góis” onde vários jovens voluntários plantaram várias espécies autóctones salientando que esta iniciativa deveria ser promovida várias vezes no ano. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia questionou sobre o ponto de situação da revisão do PDM tendo em conta o licenciamento de alguns projetos que aguardam deliberação em conformidade com o novo PDM para que possam avançar. Relembrou que se aproximando a época balnear é de todo importante que os trabalhos de manutenção das Praias e Zonas balneares se efetue atempadamente para que quando se iniciar a época estes possam reunir todas as condições desejáveis a quem nos visita. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao PDM referiu que se encontra na fase de análise das reclamações apresentadas, as quais se encontram a ser avaliadas pela empresa para que, posteriormente, se promova reuniões de concertação. Em relação aos necessários trabalhos nas Praias e Zonas Fluviais referiu que estes se encontram agendados para que no início da época balnear os espaços reúnam condições para que os veraneantes possam ali desfrutar do seu tempo livre.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês agradeceu ao Município de Góis a cedência de transporte para que os alunos do 2º ciclo se deslocassem em visita de estudo a Lisboa e os do 3º ciclo ao Parque da Lourinhã e a Óbidos, experiências que proporcionaram significantes momentos de aprendizagem. Felicitou o jovem Goense Tobias M. Hulland pela participação sistemática e, bem-sucedida, na BotOlympics, a maior competição de robótica da Região Centro, promovida pelo Clube de Robótica da Universidade de Coimbra e pelo Núcleo de Estudantes de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores da Associação Académica de Coimbra, sendo que, neste ano, o jovem é Coordenador Geral da BotColympics, dirigindo os maiores sucessos no exercício deste cargo. De igual modo, felicitou a judoca Goense Patrícia Martins pela obtenção das duas Medalhas de Bronze no Campeonato Nacional de Sub 23 e no Campeonato Nacional Universitário. Saudou também a Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis pela comemoração do seu 91º Aniversário e pelo excelente concerto comemorativo desta efeméride com que nos brindou. Congratulou o jornal “O Varzeense” pelo excelente almoço de recolhas de fundos, felicitações extensivas a todos quantos proporcionaram este momento de convívio e também aos que a ele se associaram. Felicitou a Comissão de Melhoramentos de Cortes pela promoção do Festival das Sopas a que muitos se associaram para desgostar desta delícia gastronómica feita pelas mãos de alguns dos fregueses de Alvares.-----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo enalteceu o trabalho que a Câmara Municipal está a realizar

na freguesia de Alvares nas estradas florestais. Contudo, pelo que se tem apercebido a organização parece-lhe não ser a melhor porquanto é visível as máquinas estarem paradas muito tempo no terreno sendo que, na sua opinião, este trabalho deveria ser acompanhado pela Proteção Civil pois existe uma área extensa propícia a ocorrência de incêndios, reiterando as suas palavras quanto ao acompanhamento deste tipo de trabalhos. Referiu que a Junta de Freguesia de Alvares não possui uma viatura de todo-o-terreno para que se possa deslocar na área florestal do seu território, facto que lamenta, tendo sugerido que se houver possibilidade que a Câmara Municipal disponibilize uma viatura para que possa percorrer o seu território para verificação de certas e determinadas situações.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal quanto aos trabalhos que se encontram a realizar nas estradas florestais referiu que foram previamente sinalizados sendo que se se verificarem situações menos corretas estas devem ser comunicadas, nomeadamente ao senhor Presidente da Freguesia, sendo que se as máquinas se encontram no terreno deve o trabalho ser rentabilizado da melhor maneira, caso não se verifique essa situação deve a mesma ser comunicada de forma a que se tome um procedimento mais correto. Ainda nesta matéria, informou que, em dois meses, já foram realizados 100 km de limpeza de estradas florestais na freguesia de Alvares. Em relação à questão da viatura referiu que as viaturas municipais se encontram agregadas a um conjunto de trabalhos externos e, dificilmente, haverá possibilidade de cedência, porém trata-se de uma questão que poderá vir a ser viável.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção saudando a ação de sensibilização ora apresentada pela senhora Presidente e elementos da CPCJ de Góis relativamente à prevenção de maus tratos de crianças e jovens sendo importante termos consciência do objetivo deste tipo de ações, reiterando o seu agradecimento pela presença nesta sessão. -----

-----Seguidamente fez alusão à presença do Município de Góis na Bolsa de Turismo de Lisboa, importante participação neste tipo de eventos por forma a dar a conhecer turisticamente a nossa região e que, no ano em curso, coincidiu com a apresentação de alguns eventos, que irão garantir a presença de muitos visitantes ao concelho, sendo exemplo disso o Rally de Portugal 2024 e também a Volta à Espanha em Bicicleta. Destacou as vitórias da jovem Goiense Patrícia Martins nos campeonatos em que participou, apresentando as suas felicitações, cumprimentos extensivos, ao jovem Tobias M. Hulland pela participação na BotOlympics.-----

-----Relativamente ao Boletim Municipal que poderá ser consultado digitalmente e, provavelmente, também estará disponível uma nova edição em formato de papel, questionou se com a disponibilidade

do Boletim Municipal em formato digital não seria dispensável a insistente publicação nas redes sociais do Município de pequenas obras, sendo exemplo disso pinturas de portas, execução de muros, pinturas de paredes, execução de valas e valetas, abertura de pequenas estradas florestais, entre outras, uma vez que, na sua ótica, este tipo de publicações poderão ser entendidas como trabalhos de junta de freguesia, não querendo com as suas palavras retirar a importância destas obras para os habitantes locais. -----

-----Relativamente ao Orçamento Participativo referiu concordar com as palavras proferidas pelo senhor líder de bancada do PSD, na última sessão deste órgão, quando mencionou que está na altura de ser feita uma revisão ao modelo atual, salientando considerar esta iniciativa municipal de cariz importante para a nossa comunidade. Contudo, entende que não fará sentido continuar a apostar nesta medida nos moldes atuais, uma vez que tem uma participação diminuta sendo que a implementação de alguns projetos vencedores é demorada pelo que também não tem contribuído para o sucesso deste programa.-----

-----Relativamente à transferência de competências no âmbito da saúde e a alguns procedimentos tomados nesta matéria referiu que recentemente foi realizada no Município de Góis uma reunião da ULS de Coimbra pelo que questionou quais as conclusões desta reunião e as expectativas para o nosso concelho num futuro próximo. -----

-----Por último, referiu que quanto aos trabalhos na EN 2, junto ao Caracol, na freguesia de Vila Nova do Ceira, têm surgido alguns constrangimentos na circulação, até mesmo posteriormente à intervenção realizada pela Câmara Municipal, pelo que questionou qual o ponto de situação destes trabalhos e a conclusão dos mesmos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Boletim Municipal informou que este se encontra concluído pelo que brevemente será distribuído, constando neste as pequenas obras mencionadas pelo senhor Ricardo Ventura prevalecendo-se para citar uma frase de um importante autarca português que referiu que *“no nosso percurso de autarcas temos pequenas conquistas e grandes conquistas, e as pequenas conquistas, por vezes, são as grandes conquistas tendo em consideração os destinatários a quem elas se referem”*, acrescentando que aquilo que é uma pequena obra e que faz grande confusão que seja publicada nas redes sociais do Município, se calhar, para os destinatários, que a aguardavam, há vários anos, e que finalmente as vêm concretizadas é uma grande obra, devido ao impacto destas no seu quotidiano. Efetivamente algumas destas obras constam no Boletim Municipal, sendo que se se tivesse optado por ter colocado todas as pequenas obras

provavelmente teríamos que editar somente um boletim para essas mesmas obras, as quais por serem pequenas, nunca se realizaram. -----

-----Em relação ao Orçamento Participativo referiu concordar que há necessidade de se alterar alguns pontos, entendendo que terá que ter uma outra dinâmica para que seja mais apelativo à participação para que possam usufruir deste instrumento, o qual tem tido, em alguns projetos, alguns constrangimentos na implementação destes, em virtude de terem sido aceites projetos que careciam de uma outra análise a fim de que posteriormente fossem exequíveis com celeridade. -----

-----Em relação à reunião da ULS de Coimbra decorrida no Município de Góis, na passada semana, a seu pedido, referiu que integrava a ordem de trabalhos dois assuntos, ou seja, Comunidades de Saúde, porque em reunião anterior já teria sido apresentada uma primeira proposta a qual não foi maioritariamente aceite, uma vez que o que está previsto é a agregação de várias unidades de saúde, constituídas pelos municípios que integram esta ULS. Referiu que um dos critérios que está subjacente à criação das Unidades de Saúde incide sob a distância que é necessária percorrer por parte dos utentes desde a sua residência até ao Centro de Saúde mais próximo, sendo que de preferência a mesma não deverá ultrapassar os 30 minutos. Informou que a Comunidade de Saúde prevista para o nosso concelho integra os concelhos de Góis, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, tendo esta proposta sido aceite por todos estes municípios, sendo que a centralidade da ULS será no Município de Arganil tem em conta que estar ali instalado o serviço de urgência. Mais referiu que está prevista a disponibilização de determinados serviços que, atualmente, não se encontram disponibilizados no Centro de Saúde, os quais serão descentralizados através de acordo pelas diversas câmaras, estando previstas também Equipas Locais de Saúde. O outro assunto agendado e discutido foi no âmbito do grupo de trabalho criado para se perceber quais os incentivos dirigidos aos médicos para que se possam fixar nos concelhos onde irão exercer as suas funções profissionais. Sobre esta questão referiu ser sua opinião que se está a tentar criar é que os municípios com menos capacidade económica não sejam prejudicados em relação aos outros que possam ter outras contrapartidas que não podemos oferecer, tendo para o efeito procedido a alguns esclarecimentos nesta matéria. -----

-----Em relação ao piso da EN2 em Caracol, Vila Nova do Ceira, referiu existir neste local uma escorrência de águas, sinalizada pela APIN, tendo sido feita uma primeira intervenção através da colocação de um sistema by-pass para desviar e redirecionar o fluxo de água. Referiu que sendo uma zona REN, RAN e Rede Natura a intervenção a realizar tem de ter pareceres favoráveis destas três entidades. Numa primeira fase já foi realizada uma verificação do terreno para termos conhecimento

qual o tipo de intervenção que ali poderá ser efetuada para que se resolva definitivamente este problema sendo, naturalmente, pretensão da Câmara Municipal repor o piso o mais rápido possível.--

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte sobre a limpeza das estradas florestais na freguesia que preside referiu que contactado, in loco, um dos trabalhadores sobre os trabalhos em questão obteve como resposta que apenas respondia a questões a seus superiores. No âmbito do contrato celebrado para o desenvolvimento e coesão territorial com a CIM RC referiu a existência de cerca de 152.000.000,00€ de financiamento comunitário para o território da CIM RC cabendo cerca de 7.700.000,00€ ao Município de Góis questionando em que projetos é que este montante irá ser aplicado. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação aos ITI referiu que houve uma manifestação de interesse prévia sendo que os valores apresentados ultrapassam em muito o valor previsto para o Município de Góis, salientando que das diversas tipologias existentes algumas não vão ao encontro das necessidades existentes no concelho, sendo exemplo disso o projeto da EB de Vila Nova do Ceira, sendo que os Avisos de abertura para esta área referem-se ao Pré-Escolar ou ao Ensino Básico, englobando o referido equipamento estas duas vertentes, ou seja, teremos que optar única e simplesmente a apresentação de uma candidatura a uma das duas tipologias. Seguidamente deu conhecimento das obras que foram sinalizadas: Requalificação e Musealização da Casa-Alice Sande, Parque de Lazer da Selada; Ampliação da Zona Industrial de Cortes; Av. Padre António Dinis, Requalificação da EB e Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira; Requalificação da envolvente da Igreja de Vila Nova do Ceira – Largo do Adro; Reabilitação fluvial dos sistemas ribeirinhos da Ribeira da Pena; Percorso interpretativo e eco sensorial da Quinta dos Maias; Acessibilidades 360º - Largo da Cabreira que se encontra concluído sendo intenção da Câmara Municipal que esta obra seja financiada; 5 Habitações no âmbito da Mobilidade Reduzida, cujas candidaturas já foram aprovadas, estando em fase de abertura de procedimentos concursais para início de obra; Eficiência Energética nos Paços do Concelho; Eficiência Energética na Residência de Estudantes; Eficiência Energética no Centro de Referência da Memória Goienense; Eficiência Energética na Biblioteca Municipal; Eficiência Energética em Equipamentos Públicos; sendo que alguns destes investimentos dependem sempre da abertura de Aviso, bem como da existência de projeto e da maturidade; sendo que a modernização do Centro de Saúde também se encontra sinalizada, assim como a remodelação da extensão de saúde de Alvares ao nível do equipamento, realçando que na reunião da ULS em Góis salientou a necessidade de reabertura desta unidade de saúde. Em relação ao Programa 1º direito foram apresentadas um conjunto de

candidaturas para sete fogos, tendo para o efeito enumerado os respetivos locais, sendo que estas candidaturas dependem sempre de autorização do IHRU. Referiu ainda estar a ser elaborado projeto para loteamento para aquisição a custos controlados sendo intenção do Município a apresentação de candidatura; bem como a elaboração das ARU's do concelho de Góis; Guardas de segurança que se encontra implementado, porém iremos também apresentar candidatura para financiamento; um açude em Cortecega; entre outras questões relativas a outros projetos em curso. Um outro investimento é o antigo Hospital de Góis, situado na Praça da República, cuja candidatura será apresentada ao PRPI, tendo sido sinalizado com o valor de 850.000,00€. Ou seja, estes projetos compreendem um montante elevado, ultrapassando todos estes investimentos a dotação, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta iniciou a sua intervenção apresentando um pedido de desculpas à Mesa da Assembleia Municipal por não ter comunicado atempadamente as substituições dos elementos em falta da bancada que lidera.-----

-----No âmbito das recentes eleições felicitou todos os eleitores pelo voto de confiança na AD esperando que todos os partidos políticos se consciencializem da importância que a democracia tem nas nossas vidas no ano em que se celebra os 50 anos de abril, salientando o facto de que os movimentos populistas têm tido um crescimento acentuado, entendendo que todos os partidos mais moderados devem redefinir a forma de estar na política e o compromisso para com todos, pelo que o grau de exigência deve ser, cada vez mais, maior tanto ao nível de objetivos como dos autarcas que identificamos para gerir os nossos destinos. Referiu que à semelhança do que aconteceu em todo o País, também no concelho de Góis se verificou um acréscimo de votos do Partido Chega, cerca de 10%, tendo essa percentagem sido perdida pelo PS, Partido que governava sendo do conhecimento de todos o desfecho desta governação de maioria absoluta, esperando que com esta nova governação haja estabilidade e que hajam novos objetivos e que o concelho de Góis, o distrito de Coimbra e o País sejam beneficiados com esta nova forma de fazer política.-----

-----Na sequência de algumas atividades realizadas em todo o concelho fez menção à 15ª Passeio TT Rota da Jerupiga, organizada pelo Clube Rota da Jerupiga da Freguesia de Alvares, a que muitos se associaram, tanto ao passeio como espetáculo de Freestyle, iniciativa que tem vindo a crescer de ano para ano, fruto da excelente organização, pelo que felicitou todos quantos estiveram envolvidos na mesma. Um outro evento importante foi o Raide TT organizado pelo Gois Moto Clube uma vez que nesse fim de semana a vila de Góis tem sempre uma outra dinâmica tanto ao nível de alojamento como

de restauração, parabenizando também a organização deste excelente espetáculo desportivo, deixando-nos na expectativa para outro espetáculo nas nossas serras o Rallye de Portugal que se avizinha. Referiu ser um facto comum a menção às vitórias alcançadas por alguns desportistas do concelho havendo outras áreas que também é importante que se fale nelas, sendo a cultura uma destas, entendendo que todos nós nos deveríamos associar mais a eventos culturais, pelo que também nesta área verificamos conquista de Goíenses, sendo o caso do jovem João Alvarinhas, executante de trombone, que, recentemente, foi selecionado para integrar o Estágio da Orquestra Jovem dos Conservatórios Oficiais de Música, felicitando-o por esta conquista.-----

-----Relativamente à mobilidade dentro da vila de Góis referiu que a Câmara Municipal terá que repensar alguns dos acessos existentes a algumas instituições públicas e privadas no que concerne aos passeios para peões, nomeadamente quando estes se fazem acompanhar de carrinhos de bebés, cadeiras de rodas ou outros auxiliares de mobilidade havendo atualmente alguns constrangimentos que impedem uma mobilidade acessível, havendo também constrangimentos no acesso às passeadeiras. -----

-----Terminou a sua intervenção fazendo menção aos trabalhos de limpeza, do piso existente na zona histórica da vila, realizados pelos trabalhadores dos serviços externos da Câmara Municipal, pós período laboral destes e de encerramento do comércio, felicitando esta prática pelo facto de ser num período para que não seja prejudicado o dia a dia dos comerciantes e dos consumidores, congratulando, na pessoa do senhor Victor Simões, todos os trabalhadores e também o Executivo. Referiu compreender que o PS lamenta o facto de no mandato do PS não se tenha conseguido colocar nas redes sociais do Município de Góis nem as pequenas, nem as grandes obras, pelo facto de não existirem, e, presentemente, ver todas as aldeias e espaços florestais, bem como o nosso saber receber para quem nos visita e as condições de vida para quem cá vive, bem como a afluência que tiveram os últimos procedimentos concursais para recrutamento de pessoal, entendendo ter sido pela forma como este Executivo se encontra a gerir Góis. Relembrou que o PS teve uma oportunidade de ouro com um encerramento de um quadro comunitário, lembrando que este Executivo se encontra no início de um novo quadro comunitário com algumas incertezas, evidenciando o facto de o país e, consequentemente o concelho ter atravessado uma instabilidade provocada pelo PS, pelo que certamente os Goíenses compreenderão o trabalho que se encontra a ser feito e muito bem feito como um futuro promissor. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no que concerne à questão da

mobilidade é um facto que esta nos preocupa estando a ser elaborados alguns projetos para que possam vir a ser realizadas as intervenções necessárias e também para que possam vir a ser comparticipados financeiramente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de março de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta relativamente ao assunto em questão referiu que o documento decorre no que está legalmente imposto pelo que nada tem a apontar, sendo a sua intervenção no âmbito de apelar ao grupo de trabalho na área da saúde, constituído em sede do órgão deliberativo, para que reúna periodicamente no sentido de se discutir esta temática para que possam intervir em alguns procedimentos que possam vir a ser tomados.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que da análise feita ao documento suscitaram-lhe algumas dúvidas, que pretendia serem esclarecidas, nomeadamente quanto à alínea d) Um representante da Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS), do nº1, do artigo 4º Composição - 1 — Integram o Conselho Municipal de Saúde, pelo facto de na legislação referir que o representante é da respetiva ARS.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a alínea d) se encontra correta, porquanto foi feito prévio contacto à ULS de Coimbra, pelo simples facto de ter sido também uma dúvida existente aquando a elaboração do documento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esclarecimento entendendo que esta alínea deveria ser revogada na legislação para o efeito. Uma outra dúvida suscitada foi no nº4, do artigo 11º - Reuniões e quórum, citando *“As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, preferencialmente por via eletrónica, com a antecedência mínima de 10 dias, constando da respetiva convocatória o local, o dia e hora em que esta se realizará, bem como a respetiva ordem de trabalhos.”*, sendo que o nº3, do artigo 12º - Ordem do dia, refere que *“A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do CMSG com a antecedência de, pelo menos, 5 dias sobre a data da reunião.”*, parecendo-lhe existir uma contradição nestes dois artigos, uma vez que no primeiro faz referência a 10 dias e no

segundo 5 dias, questionando qual a data correta para a entrega da ordem do dia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a convocatória para a reunião será realizada com a antecedência mínima 10 dias, sendo que a ordem do dia terá que ser entregue 5 dias antes da data da reunião.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que as palavras do senhor Presidente não vão ao encontro do que se refere o nº3, do artigo 12º, pelo que entende que dever-se-ia proceder à devida alteração, salientando subentender-se que os dois artigos se sobrepõem no que concerne ao envio da ordem do dia, entendendo que, provavelmente, um destes poderá ser corrigido para que haja um melhor entendimento quanto ao envio da ordem do dia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu à leitura do nº4, do artigo 11º - Reuniões e quórum, realçando que na convocatória consta o dia, a hora e a ordem de trabalhos da reunião a realizar, sendo que segundo o nº3, do artigo 12º - Ordem do dia, a ordem do dia é entregue a todos os membros com a antecedência mínima, pelo menos de 5 dias, sobre a data da reunião, ou seja, primeiramente segue a convocatória dentro do prazo estabelecido, e, posteriormente será entregue a ordem do dia também dentro do prazo estabelecido.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o nº 3, do artigo 12º ficaria mais completo se tivesse sido contemplado a entrega da ordem do dia e respetiva documentação. Ainda sobre o documento referiu o nº 10, do nº 11 - Reuniões e quórum refere que *“O CMSG delibera por maioria de votos dos membros presentes e, em caso de empate, o Presidente tem direito a voto de qualidade.”*, sendo um procedimento comum, contudo nº 1, no artigo 14º refere que *“As deliberações que traduzam posições do CMSG com eficácia externa devem ser aprovadas por maioria dos membros presentes.”*, entendendo ser também uma repetição nestas duas situações. Ainda sobre o documento em análise referiu que o nº 1, do artigo 20º refere que *“O presente Regimento entra em vigor cinco dias após a publicação do aviso da sua aprovação final, pela Assembleia Municipal de Góis, sob proposta da Câmara Municipal, na 2.ª série do Diário da República e publicitado no sítio institucional do Município de Góis.”*, pelo que questionou se somente é obrigatório a publicação do Aviso e não a publicação do Regimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o procedimento a tomar deverá ser em conformidade com o que está plasmado no documento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Góis.-----



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----2. ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO/ALÍNEA C), DO Nº 1, DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 4º do Regimento Conselho Municipal de Saúde, ora aprovado, a Assembleia Municipal terá que eleger um Presidente de Junta de Freguesia, em representação da Freguesias do Concelho, pelo que questionou os senhores líderes de bancada se teriam alguma proposta a apresentar.-----

-----O senhor líder da bancada do PSD referiu que, após conversações com o senhor líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, e tendo em conta que são as duas forças políticas com Presidências nas Freguesias do Concelho, entendeu-se apresentar a seguinte proposta: Efetivo: Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Góis, e como suplente o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alvares.-----

-----Os senhores líderes de bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS informaram que não teriam qualquer proposta a apresentar.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta apresentada será denominada de Lista A, tendo colocado a mesma à votação por escrutínio secreto.-----

-----Colocada à votação, foi deliberado, por unanimidade, eleger o senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Góis, como representante das Freguesias do Município no Conselho Municipal de Saúde, e como seu substituto o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alvares. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----A senhora Presidente interrompeu a sessão pelas 19.40 horas, por um período de dez minutos, tendo os trabalhos sido retomados pelas 19.50 horas.-----

-----3. CONHECIMENTO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS/ANO 2023-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe, tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal feito menção a algumas partes da análise do documento por parte do Executivo, tendo de seguida dado a palavra aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que no parcelar da Câmara Municipal relativo ao

assunto em questão na apresentação do documento por parte do senhor Presidente refere a um conjunto de taxas relativas ao Orçamento da Receita em que a referência que é feita é sempre de “cerca de 54%, cerca de 14%, cerca de 6%, cerca de 5% do total da receita”, verificando-se que o total das percentagens dá um total de 105%. Neste sentido, referiu que pela importância que o documento tem o total de 105% deixa-lhe um pouco apreensivo, apesar de não pôr em causa os números patentes nos documentos. Acresce a este facto que no Orçamento da Despesa também é apresentando a percentagem de cerca de 97% não se chegando aos 100% entendendo que na elaboração do documento dever-se-ia ter um pouco mais de cuidado, pelo que ao optar-se por colocar “cerca” e não um valor exato parece-lhe não ser o procedimento mais correto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando se faz referência à expressão “cerca” é por se tratar de um valor arredondado estando o valor da Prestação de Contas correto, tendo apenas sido usado a expressão “cerca” para fazer menção às percentagens estando os valores constantes no documento corretos. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu estar perante um documento que expressa o trabalho realizado no ano anterior, apresentando as despesas e as receitas do ano em causa, sendo que alguns investimentos não se concretizaram como era intenção por falta de financiamento para os mesmos. Analisando o documento pôde verificar a existência de algumas despesas com alguns procedimentos as quais, na sua ótica, poderiam ter sido menores, ou seja, no quadro relativo ao fornecimento e serviços externos, é apresentado um valor exorbitante relativo a deslocações, estadas e transportes, o qual no ano de 2022 apresentava uma verba de 21.004,10€ e, no ano de 2023 foi alterada para 204.256,60€, interrogando qual a fundamentação para o aumento do valor em questão. Relativamente à Iluminação Pública existe um valor associado, havendo um outro valor de mais de 100.502,52€ referente a eletricidade, questionando também a que está associado o referido valor. Na rubrica outros serviços, verifica-se no ano de 2022 uma verba de 479.969,32€ e no ano de 2023 houve um aumento de cerca de 190.000,00, pois o valor patente no documento é de 665.975,32€, entendendo haver um aumento significativo nestas despesas. Face ao exposto referiu não entender o porquê do aumento das verbas em questão, salientando que no parcelar da Ata da Câmara Municipal é mencionado pelo senhor Presidente que terá que haver contenção em algumas despesas, acreditando nesta afirmação, pelo que se houvesse mais contenção nas despesas que elencou, provavelmente, poderia existir mais verba para aplicar em outros projetos importantes para o concelho. Fez ainda menção aos gastos referentes com a educação, com o posto de turismo, estando

também associado ao Dia do Município uma verba significativa, sendo sua opinião que os eventos não devem deixar-se de realizar, poder-se-ia era fazê-los com alguma contenção, para que os próximos resultados a apresentar não sejam negativos, lembrando que, como membro da Assembleia Municipal, este é o resultado mais negativo apresentado até à data, apesar de entender o porquê do valor apresentando.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao saldo ser negativo, referiu a existência da questão das provisões que tinha a ver com a energia eólica, mas também temos que ter em conta que o resultado antes das depreciações era positivo, 583.000,00€, existindo efetivamente as depreciações fiscalmente obrigatórias, pelo que se há depreciação é porque houve investimento e, também por haver amortizações que obrigatoriamente têm de ser feitas. Ainda sobre o resultado líquido ser negativo, é um facto que quando olhamos para o valor ficamos preocupados, porém referiu que em sede do Conselho Intermunicipal pôde constatar que 2/3 dos Municípios da CIM RC têm resultados líquidos negativos, pelo que teremos que ter um outro olhar para este resultado, ou seja, temos que perceber que a forma como os Municípios se encontram a ser carregados com situações que obrigatoriamente tiveram que se assumir no âmbito da transferência de competências, em que houve um aumento significativo da despesa. É um facto que se fossemos o único Município com um resultado líquido negativo seria efetivamente mais preocupante, contudo se olharmos para o relatório da auditoria este faz referência aos depósitos do ano de 2022 para 2023 havendo uma diferença de quase de cem mil euros a mais, ainda nesse documento plasma que os rácios de liquidez se encontram confortáveis, sendo que a execução orçamental a 31.12.23 apresenta-se positiva, e o rácio da receita líquida total da despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja, as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas registando uma melhoria face ao período homologado. O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e substancial, tendo terminado o ano sem pagamentos em atraso, não se encontrando a 31.12.23 em situação passível a um dos recursos de mecanismos de recuperação financeira, em conformidade com a legislação em vigor. Ainda nesta matéria, referiu que os fundos disponíveis no mês de abril, do ano em curso, são de 2.437.355,67€, sendo que a questão do equilíbrio financeiro atualmente sendo presentemente o valor positivo 553.854,50€. Referiu haver situações que incidem num conjunto de procedimentos a que hoje os municípios estão obrigados, sendo exemplo disso as transferências para as diversas entidades com as quais o Município tem relações e obrigações sendo um valor substancial. -----

-----Dada a palavra o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que efetivamente sabe que não

foi somente o concelho de Góis a ter este resultado, porém entende que nos outros concelhos há desenvolvimento facto que aqui não se verifica, referindo ainda que o orçamento municipal está a ser aplicado em despesa do dia a dia, sendo que em matéria de desenvolvimento económico e fixação de jovens, não se verifica um desenvolvimento desejável, entendendo que também o governo não nos tem apoiado nessa matéria.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que todos desejávamos que tivesse havido um boom em matéria de desenvolvimento, havendo questões estruturais que não se resolvem no imediato, sendo que também teremos que nos aperceber que, à priori, 40% do orçamento está direccionado com despesas com o pessoal, não ficando com muita margem para investimento. É sabido a existência de alguns constrangimentos no concelho, os quais não se resolveram durante muito tempo e, se calhar, porque também houve dificuldades e, também, pelo facto de nunca se ter olhado para estes territórios da forma que se devia olhar, por quem tem responsabilidades no nosso país. É um facto que desejávamos ter uma via estruturante e também uma área empresarial, porém tratam-se de processos que não se fazem com a celeridade desejável. Lembrou que somente se encontra no Executivo há trinta meses, pelo que pelas palavras que são proferidas parece-lhe que tem a obrigação de fazer o que não se fez durante muitos anos a esta parte, pelo que temos que ter calma porquanto as coisas não são tão céleres quanto o desejável, lembrando que neste período, houve duas vezes eleições, com as consequências que estes processos têm nos procedimentos do Município, e, que muitos ficam parados com as consequências que esta situação gera, pelo que compete a quem agora está a gerir fazer alguma coisa para os vindouros possam ter ferramentas para poderem continuar e, naturalmente, que estamos focados nisso. Claro, que ninguém fica satisfeito que o resultado líquido seja negativo, pelo que temos que olhar para isto, tal como alguém lhe disse que também teria resultado líquido nas suas contas, mas se entre 2017/21 algum investimento se calhar hoje não teria as depreciações e as amortizações que tem e, naturalmente, teria um resultado líquido positivo, mas também não tinha feito e tinha positivo e, assim, ficávamos contentes com este resultado, mesmo não apresentando obra, pelo que referiu que temos que olhar para os resultados de uma forma equilibrada e perceber de facto o que está aqui em causa sem reconhecer que precisamos de desenvolvimento, o qual presentemente dá mais trabalho a conseguir do que, se calhar, dava a alguns anos atrás.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira analisado o documento referiu que em termos de obtenção de receita durante o ano de 2023 o resultado é de 10.516.176,33€, i.e., em termos de obtenção de receita foi o melhor ano de sempre. Em termos de investimento é apresentado o valor

de 1.576.415,61 €, sendo que nos últimos dez anos, somente três anos o valor foi superior. Quanto a atividades mais relevantes referiu ter sido despendido o valor de 836.906,27€, o maior valor de sempre. Referiu que pelas palavras do senhor Presidente o resultado antes da depreciação era positivo, 583.700,00€, pelo que neste momento, e perante o resultado negativo líquido, - 731 241,77€, terá que se registar vários fatores que contribuíram para o mesmo, nomeadamente, despesas com o pessoal, registando-se menos seis funcionários no ano de 2022, no entanto, houve um gasto superior de 280.000,00€. Acresce que em termos de consumo foi verificado um montante superior ao do ano de 2022, 110.000,00€, sendo que em termos de fornecimento de serviços externos 150.000,00€, transferências concebidas 190.000,00€, juros de empréstimos 33.000,00€. Referiu que os dados elencados contribuíram significativamente para o valor apresentado quanto ao resultado líquido do exercício, sendo que, na sua ótica, somente se pode confirmar se este é ou não um resultado líquido negativo se o compararmos com outros resultados líquidos negativos de outros Municípios com a mesma dimensão que o nosso para que pudéssemos ter conhecimento se estamos perante um valor considerável ou aceitável. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção fazendo alusão ao resultado líquido negativo das contas do Município de Góis no ano de 2023, comum a 2/3 concelhos da CIM RC. No entanto, referiu que o documento em apreço espelha bem o papel que tem tido este Executivo no presente Mandato, recorrência frequente de ações de gestão corrente, parecendo que somente se age em função dos problemas que vão surgindo notando-se uma falta de visão, bem como uma ausência de execução de obra. Ao mencionar as obras, aproveitou a oportunidade para dirigir congratulações aos trabalhadores dos serviços externos pelos trabalhos de limpeza e manutenção dentro da vila, em zonas como o Centro histórico, a Praça da República, a Praia Fluvial da Peneda, o Parque do Cerejal, o Parque do Castelo, todas estas importantes obras do Partido Socialista. Referiu que, efetivamente, temos que ter algum cuidado com o que proferimos, em sede de Assembleia Municipal, porquanto afirmar que o PS não fez obra, nos últimos anos, é no mínimo uma tremenda injustiça para com os autarcas do Partido Socialista que marcaram a história deste concelho. Pelo que desejava que o PSD tivesse a audácia de executar tão importantes obras como estas ora elencadas. Continuou afirmando que faltam projetos a este executivo, mas, essencialmente, medidas que contribuam para o desenvolvimento de Góis. Relativamente às palavras do senhor Presidente quando, em sede do Executivo mencionou que *“Relativamente aos trabalhos em 2023 por administração direta, considerados de maior importância/materialidade, foram os seguintes: Requalificação Parque*

infantil Hugo Miguel Piteira Barata (Parque infantil do Cerejal); Alargamento de estrada (curva) na estrada de acesso aos Povorais; Alargamento de estrada Caselhos; Requalificação Estrada Piães a S. Martinho; Muro em Bordeiro; Alargamento de estrada (curva) na estrada de acesso aos Povorais, Muro em Caselhos.”, estas dizem tudo, quando estes são os maiores investimentos de execução deste Executivo no ano de 2023. Face ao exposto, referiu perceber-se a necessidade de se mostrar nas redes sociais todos os muros e valetas que são realizados porque, de facto, pouco mais há para se mostrar ou acrescentar. Referiu ser um adiar, ano após ano, de importantes obras e ações essenciais para o concelho, sendo que pelas palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Góis, no presente ano, a Câmara Municipal dispõe do maior orçamento da história e, isto acrescenta uma grande responsabilidade, pelo facto de todos ansiarmos por medidas que melhorem a qualidade de vida dos Goienses, iniciativas que tragam mais visitantes, apoios aos jovens e às empresas, políticas de incentivo à habitação, entre muitas outras. Mais referiu ser do conhecimento comum não ser fácil, nos dias em que vivemos, comandar os destinos do Município, porém não poderia deixar passar em branco os recentes comentários do senhor Presidente ao referir que, na sequência da intervenção da senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra, na discussão deste assunto, na reunião da Câmara Municipal, citando: “ficará ansioso pelo dia em que a própria irá gerir esta Câmara Municipal pelo simples facto de, certamente, será a perfeição da execução deste cargo pelo facto de não ter minimamente a noção da dificuldade de estar a desempenhar estas funções (...)”, realçando que teria que fazer alusão publicamente a estas palavras, porquanto entende que, de facto, o difícil era fazer pior em 2023. Contudo, o cargo que o senhor Presidente ocupa foi por vontade própria e não por imposição, pelo que, se por momentos acredita que não está à altura do desafio, e se ambiciona sair espera que os Goienses lhe façam a vontade nas próximas eleições autárquicas. Pediu, para que as suas palavras não fossem mal interpretadas, mas quando faltam cerca de 18 meses para terminar o presente Mandato entende que está na hora de agir e, de uma vez por todas, deixar-se de desculpas e de ficar eternamente à espera de apoios comunitários, apelando para que não tenha medo de arriscar e de fazer algo verdadeiramente marcante para o concelho de Góis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu quando se menciona para não se esperar pelos apoios comunitários denota-se não perceber de como é que se tem de gerir uma vez que, anteriormente, referiu que o orçamento municipal é limitado, havendo outros municípios com uma dimensão superior ao nosso que também verificam as dificuldades existentes para executar obra sem o apoio dos fundos comunitários. Quando se menciona que se tem de agir, referiu que quando a sua

peessoa esclarece algumas situações é um facto que não se aprende absolutamente nada, é como se as palavras entrassem por um ouvido e saíssem por outro, entendendo que caso houvesse alguma justiça na análise que se faz era perceptível verificar a situação que gera a transição de um quadro comunitário. Se olharmos para os investimentos que são feitos no concelho de Góis, não tirando o mérito aos Presidentes da Câmara Municipal que por aqui passaram, porquanto teve sempre o maior respeito e continuará a tê-lo, nem nunca afirmou que o Partido Socialista não fez obra, sendo que até ao momento não está arrependido do cargo que assumiu, se há alguém que se tem empenhado em trabalhar é a sua pessoa, sendo que quando entender que está a mais retirar-se-á pelo facto de não ter problemas em tomar essa decisão, porquanto não está agarrado ao poder, nem nunca o foi. Contudo, se essa opção estiver nas mãos dos Goienses entende que devem ser estes a decidirem em função das alternativas que existirem. Quando é mencionado que as obras realizadas são as do Partido Socialista referiu que estas foram lançadas por quem estava no Executivo que era do PS, mas que foram executadas no Mandato atual. Referiu que apenas se encontra no exercício das suas funções há trinta meses, lembrando que as obras realizadas tinham verbas que teriam que ser direcionadas para as mesmas e que não se podiam desperdiçar, sendo que em algumas situações, fez-se mais do que teria sido previsível fazer, elencando as mesmas: Rua Padre António Dinis, Amioso do Senhor, Carcavelos de Baixo e de Cima este que não estava previsto, acesso ao Parque Municipal, Portela de Góis-Vila Nova do Ceira com alargamento da estrada que não estava previsto, Aigra Nova com alargamento da curva e alcatroamento que também não estava previsto, S.Martinho-Piães com acesso à EN342 que também não estava previsto, Vale de Godinho, pavimentação das ruas de S. Martinho que também não estava previsto, renovação do Parque Infantil, Terreirinho e Rua envolventes, sendo que esta última obra estava perdida, e seriam 250.000,00€ de financiamento que perdíamos, pelo que tomados os procedimentos junto da CCDRC em tempo record foi submetida a candidatura estando a obra executada, pelo que é mencionou que é preciso não querer ver quais eram do PS, sendo que ninguém as fez e ninguém avançou com nada para executar a obra. Referiu que temos que executar o que existia e o que é necessário fazer até por respeito a quem aqui esteve e lançou e quem criou compromissos e obrigações para que estas obras pudessem ser executadas. Ainda sobre trabalhos realizados referiu que quanto à execução das faixas de gestão já foram realizados trabalhos nas freguesias de Alvares, União de Freguesias em curso, parte da freguesia de Vila Nova do Ceira e Góis que irá ser executado no presente ano com um gasto médio por ano de 150.000,00€. Ainda sobre investimentos fez alusão aos Condomínios da Aldeia referindo que o Município de Góis é o segundo

com mais do distrito de Coimbra e com maior investimento, 330.000,00€. Acresce a este trabalho a transferência de competências da saúde, processo complicado determinando que o Município de Góis demorasse mais tempo a assumi-las, mas mesmo assim permitiu que apresentássemos candidatura às obras no Centro de Saúde e na extensão de saúde de Alvares de acordo com as verbas que estariam disponibilizadas no PRR. Relativamente à assunção de competências da educação e ação social referiu que ninguém se pronunciou pelo facto de estar a correr bem pelo facto de o trabalho ter sido bem feito, sendo que também nestas áreas há trabalho feito, realçando que trabalho não é somente o que é fisicamente visível. Ainda sobre trabalhos executados fez alusão à limpeza em estradas e estradões sendo a média anual de 180 km, quando anteriormente eram somente 70 km. Recuperação do património municipal referiu não fazer alusão ao mesmo porquanto se tratam de intervenções feitas pelos serviços externos estando outras obras realizadas o muro da Monteiro e alcatroamento, Largo da Cabreira, apesar de ser do anterior Mandato teria que se concluir, a curva dos Povorais há muito falada e somente agora é que foi intervencionada, a curva de Cortecega, pedido com mais de trinta anos, somente agora realizado, entre outras no concelho que também foram intervencionadas. A revisão ao PDM assunto que se arrasou durante anos que, apesar de ainda não se encontrar concluída, deram-se passos significativos esperando que brevemente esteja concluído. Aquisição de viaturas, que elencou, para que se possa trabalhar mais em prol do concelho.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão iniciou a sua intervenção referindo que os membros da Assembleia Municipal receberam, na manhã do dia de ontem, uma alteração à Prestação de Contas, a página 44 do documento em análise, sendo que como a mesma não se encontra assinada, questionou se esta foi presente em sede do Executivo e se o ROC teve conhecimento da referida alteração.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a alteração realizada resultou de que o quadro em questão foi realizado no programa excel e a transferência deste para formato word não assumiu corretamente a soma a Dívida Total a Considerar, estando os restantes valores corretos, sendo esta a única correção realizada no quadro em questão, pelo que face ao período de tempo em que se verificou o lapso somente foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, pelo que oportunamente será também dado conhecimento ao Executivo.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que iria usar da palavra em nome dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, sendo que a análise realizada ao documento foi unicamente política e global, realçando não ter sido realizada uma análise técnica.

Referiu que antes de proferir qualquer comentário sobre a análise feita ao documento, terá que proferir algumas considerações que entenderam ser pertinentes relativamente à apresentação e elaboração do documento. Primeiro, verifica-se uma falta de cuidado e rigor na apresentação dos quadros dos resultados, i.e., os mesmos, na sua maioria, encontram-se divididos por duas páginas, frente e verso, dificultando uma adequada leitura e, consequentemente, interpretação dos mesmos. Segundo, não podem deixar de referir, e de lamentar, a discussão menos positiva, em sede do Executivo aquando a apreciação da Prestação de Contas relativo ao exercício de 2023. Terceiro, face ao que aconteceu e às correções denominadas por lapsos, que foram detetados e corrigidos antes da reunião da Câmara Municipal, no decorrer da discussão do assunto no decorrer da reunião, e, posteriormente, após a deliberação do assunto pelo Executivo, cuja alteração foi remetida à Assembleia Municipal no dia de ontem, questionou se o presente documento dada a sua elevada importância não mereceu uma análise detalhada e minuciosa por parte de quem dirige a DAG. Presumindo que o documento em questão foi remetido ao Revisor Oficial de Contas questionou se não foram detetadas as várias incorreções que o documento apresentava, ou até, quiçá, ainda poderá apresentar. Prosseguiu, referindo que sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador questionou se não se deveria solicitar uma análise profunda ao documento antes de se proceder à sua votação.--

-----No que concerne à análise ao documento e relativamente à demonstração de resultados referiu que analisando o resultado líquido do ano de 2023 no valor -731.241,77€ pode-se afirmar que, claramente, é o pior resultado dos últimos exercícios financeiros comparativamente aos últimos 10 anos. Se no ano passado em resposta ao senhor José Carlos Rodrigues Garcia o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o saldo do ano de 2022 ficaria para a história como o menos negativo, apraz-lhes mencionar que o de 2023 ficará para a história como o mais negativo. Referiu não fazerem esta afirmação com gosto, bem pelo contrário, lamentam profundamente pois é preocupante, pois irá refletir-se no desenvolvimento do nosso concelho. Em virtude de o resultado líquido ser sucessivamente negativo desde o ano de 2018 é opinião do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis que deve ser criado um mecanismo para monitorizar este valor com o objetivo de o resultado ser invertido no próximo ano, ou, verificando-se a impossibilidade de inverter este resultado que o valor possa ser diminuído substancialmente. Referiu que, recentemente, foi ocupado o lugar de Chefe de Divisão da área financeira pelo que se pensa que se encontram reunidas as condições que permitirão monitorizar devidamente o desenvolvimento do orçamento de forma a evitar estas surpresas. Sublinham ainda, que no ano de 2022 caso não fosse o reforço das provisões

com um valor de cerca de 700.000,00€ proveniente da ação administrativa relativamente ao incumprimento por parte do Município de Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica produzida limites de ambos os concelhos o resultado líquido não seria menos de - 22.000,00€, mas sim semelhante ao do ano de 2023, em cerca de -700.000,00€, referindo que já nessa altura alertaram para o valor em questão. Referiu que do ponto de vista do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis não se pode considerar como provisão uma receita proveniente de uma ação que apesar de ter sido ganha em primeira instância foi objeto de recurso, desconhecendo-se a decisão final do mesmo. Referiu ainda, que já nos Documentos Previsionais do ano de 2023 e 2024 foi considerada essa mesma verba que entendemos um empolamento ao orçamento da receita até pelo simples facto de, nesses documentos, não estar refletido que o Município de Góis ao arrecadar essa receita deve reparti-la com a entidade que administrava os terrenos dos baldios do Colmeal de acordo com o Protocolo celebrado. Mais uma vez há um desequilíbrio bastante acentuado entre as despesas correntes e as despesas de capital, com uma taxa de execução total de 73,07%, pelo que deve esta situação ser revista e começar a poupar em gestão corrente a favor de investimento, atendendo ao resultado líquido negativo. A taxa de execução das grandes opções do plano é somente de 51,68%, muito aquém do previsto inicialmente, com destaque para alguns programas que não tiveram nenhuma execução ou tiveram uma baixa execução. As obras por todos consideradas como estruturantes para o bem-estar da população e progresso do concelho, mais uma vez, não saíram do plano de intenções e, outras, encontram-se em fase de elaboração do projeto há bastante tempo. A Prestação de Contas é um momento de balanço, de avaliação e de apresentação dos investimentos concretizados. Contudo, mais uma vez, verificam ter sido uma gestão distante do desejável, faltando ousadia em apostar, por conta própria, numa das obras essenciais e de a desenvolver por fases, sem esperar o financiamento que tarda ou até mesmo pode nunca chegar. Não podem deixar de reconhecer que têm sido desenvolvidas pequenas obras necessárias ao dia a dia da população. No entanto, o PSD disponibilizou-se através do Manifesto Eleitoral fazer mais, ir mais longe, propuseram a mudança pelo que não podem alegar desconhecimento da gestão camarária e das suas dificuldades ao fim de quase três anos. Para concluir, referiu que o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis partilha da tristeza sentidas por alguns elementos da bancada do PSD, no mandato anterior, devido às GOP, nomeadamente a redução de investimento que como afirmaram, passando a citar: *“significava menos um investimento em Góis”*, pelo que se na altura as GOP foram reduzidas no valor de 1.300.00,00€, presentemente foram reduzidas em cerca de 2.250.000,00€, presumindo o seu

Grupo que a tristeza agora sentida seja maior. -----

-----Face ao exposto, referiu que o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis com muita tolerância democrática irá abster-se na votação da Prestação de Contas Individuais/2023.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a análise feita foi em função do resultado líquido negativo e, como já referiu, é uma situação que não foi exclusiva ao Município de Góis, sendo um resultado transversal a outros municípios, entendendo que quando se desconhece a realidade e se profere o que se proferiu percebe e respeita. Em relação à falta de cuidado e rigor referiu não entender os lapsos ocorridos como tal, efetivamente existiram questões que em sede do Executivo foram verificadas e corrigidas, sendo que em relação à discussão ser menos ou mais positiva pudermos ver a mesma dos dois lados, sendo que muitas vezes no calor da discussão daquilo que dizemos se calhar podemos nos exceder, mas não é por isso que não nos respeitamos mutuamente. Sobre as palavras proferidas relativamente ao Chefe de Divisão referiu ser uma pessoa competente desempenhando corretamente as suas funções. Em relação às GOP referiu ser sempre intenção de efetuar a obra que consta no orçamento, havendo, por vezes, questões que nos ultrapassam, sendo que politicamente quem está na oposição tem sempre esse argumento para apresentar quando as coisas não se concretizam, mas certamente é uma situação que não acontece somente ao nível da Câmara Municipal, acontecendo provavelmente também com os executivos das freguesias. Quanto às obras e à ousadia, que todos a temos, contudo também temos limites de envidamento, responsabilidades políticas, e também temos responsabilidades sancionatória e reintegratória, pelo que as coisas têm de ser feitas com cabeça, tronco e membros, bem como com os pés bem assentes no chão porquanto é preciso ter cuidado com o que fazemos, sendo natural que todos desejamos que haja desenvolvimento e investimento, mas tudo no tempo e modo certo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que após análise, essencialmente, política ao documento entende que deve apresentar uma recomendação por compreender que o senhor Presidente da Câmara Municipal preza muito pelo rigor, sabendo que o tem, porém terá que exigir um pouco mais a quem o acompanha, nomeadamente os Técnicos competentes nesta e em outras áreas. Referiu que as suas palavras se consubstanciam nos erros apresentados no documento, sendo prova disso a folha remetida à Assembleia Municipal, no dia de ontem, véspera desta sessão, não estando a mesma assinada pelos senhores Vereadores, desconhecendo se os próprios são ou não conhecedores da alteração realizada, situação que não poderá acontecer, ou seja, não podemos estar na sessão a rubricar um documento quando uma das folhas deste ainda não se encontra rubricada

pelo Executivo, partindo do pressuposto do que o documento presente ao Executivo não estaria em conformidade com o ora apresentado à Assembleia Municipal. Pelo que, referiu de como é que se poderá obviar esta situação, sendo que a Mesa da Assembleia Municipal dará toda a tolerância, contudo, futuramente não devem estas situações voltar a acontecer. Efetivamente errar é humano, todos erramos, mas consecutivamente não o poderá acontecer, terá que haver mais rigor, devendo vários Técnicos a fazer a filtragem do documento para que situações destas não voltem a acontecer.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, com nove votos a favor e nove abstenções, aprovar a Prestação de Contas Individuais/Ano 2023, apresentando no exercício de 2023 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 33.527.638,04€;-----

-----Património Líquido: 26.947.092,11 €;-----

-----Passivo: 5.580.545,93 €.------

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 8.134.495,73 €;-----

-----Gastos: 8.865.737,50 €;-----

-----Resultado líquido do exercício: -731.241,77 €;-----

-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----

-----Recebimentos: 9.201.519,85€;-----

-----Pagamentos: 9.104.993,12 €;-----

-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----

-----Recebimentos: 10.516.176,33€ (orçamental) e 72.217,63€ (operações de tesouraria);-----

-----Pagamentos: 9.032.162,45€ (orçamental) e 72.831,19€ (operações de tesouraria);-----

-----Saldos iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.386.873,59€;-----

-----Saldos iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 376.953,14€;-----

-----Saldos finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.484.013,88€;-----

-----Saldos finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 376.339,58€.------

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS/ANO 2023**-----

-----Foi presente Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas relativas

ao exercício findo em 2023, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o documento refere que no quanto ao Relatório de Gestão que *“Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na seção Bases para a Opinião com Reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada(...)”*, sendo que efetivamente os termos utilizados estarão corretos, porém numa primeira análise poderá entender-se que as demonstrações financeiras apresentam-se de forma verdadeira e apropriada *“exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na seção Bases para a Opinião com Reservas do nosso relatório”*, entendendo que o senhor Auditor deveria ter apresentado uma explicação mais objetiva, sendo de todo importante que estivesse presente um técnico da empresa para proceder a alguns esclarecimentos, pelo que numa próxima oportunidade poder-se-á solicitar a sua presença para que possa esclarecer o sentido das suas palavras de modo a que o assunto fique devidamente esclarecido.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**5. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2024 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA**-----

-----A senhora Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 14.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.01.2024 e 29.02.2024.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia relativamente ao quadro que acompanha o assunto em

questão referiu que na descrição do serviço existem duas aquisições de serviços para apoio jurídico, pelo que questionou se a Câmara Municipal tem um volume de processos jurídicos que justifique a aquisição destes serviços em virtude de existir, a tempo inteiro, um Técnico da área na Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que um dos Técnicos prestador de serviços jurídicos em três processos em defesa da Câmara Municipal foi bem sucedido, referindo que diariamente somos confrontados com questões complexas havendo necessidade da prestação dos seus serviços. Em relação ao outro Técnico foi também necessário recorrer à prestação de serviços para se dar continuidade a alguns processos de licenciamento de obras particulares, uma vez que por força da alteração legislativa, houve também essa necessidade, entre outros.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no quadro referente aos compromissos, a última aquisição de serviços refere-se a 36 meses, pelo que na repartição do serviço aprecem somente 24 meses, devendo-se efetivamente tratar-se de um lapso.-----

-----O senhor Presidente referiu que efetivamente tratam-se de 36 meses, pelo que oportunamente disponibilizará novo documento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----6. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte relativamente ao processo 5965/18.3T8CBR refere que o mesmo aguarda sentença sendo do seu conhecimento que o mesmo já transitou em julgado, pelo que solicitou os devidos esclarecimentos.-----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu ter tido a mesma leitura, sendo que interpelada Comissão de Compartes da Freguesia de Colmeal a informação que obteve é que não irão recorrer tendo a mesma transitado em julgado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a informação, pelo que irá questionar o jurista que acompanha este processo sobre os factos.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte no último relatório presente ao órgão deliberativo um dos processos patentes no mesmo era sobre Ação administrativa relativa ao incumprimento, por parte do Município da Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites

dos Concelhos de Góis e Pampilhosa celebrado pelos dois intervenientes em 22/08/2006, sendo que presentemente este processo já não se encontra no documento, pelo que questionou o porquê.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente o processo ainda não se encontra concluído.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no que concerne ao processo 290/21.5T8AGN a descrição do ponto de situação não corresponde aos intervenientes constantes no processo em questão, entendendo tratar-se de um lapso na transcrição do documento, questão a que o senhor Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a três da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:** Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que a próxima sessão ordinária do órgão deliberativo irá decorrer na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, da Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária



(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)